

# Morte e vida severina. O Estado-nação e a sociedade civil em tempos de globalização

**Palavras-chave:** Estado-nação, sociedade civil, globalização, movimentos sociais.

## Resumo

A emergência de uma de uma *sociedade civil global* discutida por COHEN(2003), MERLE(1981), VIEIRA(2005), GRUGEL(2002) dentre outros autores dos campos das Ciências Sociais, Ciências Políticas e das Relações Internacionais, chama atenção para a transformação da categoria *sociedade civil*, geralmente ligada às relações no interior dos Estados-nação, transformando-se para relações dentro do sistema internacional num mundo globalizado.

Pensar como o fenômeno foi construído, significa pensar quais são os elementos que o tornaram possível, diga-se o contexto social e material, bem como as ideais que contribuíram para o surgimento desta categoria. A formação dos Novos Movimentos Sociais (TOURAINÉ, 1988; GOHN, 2007), aliados às transformações materiais a partir dos anos 1970 (CASTELLS, 2002; MERLE, 1981), impactaram diretamente nas formas como a sociedade civil se organiza e quais os assuntos que formam suas agendas de ação. Por conseguinte, há uma reformulação de como a sociedade civil percebe o Estado, como se relaciona com este e outras instituições políticas.

Para pensar como estas duas unidades analíticas se articulam, alguns autores dão mais importância ao papel dos Estados (GRUGEL, 2002; WENDT, 1999), enquanto outros avaliam que os Estados têm cada vez menos força na articulação e definição de políticas, perdendo assim cada vez mais sua capacidade de exercer soberania sobre seus territórios (COHEN, 2003) ou servindo apenas como distritos policiais para garantia do nível médio de ordem para realização de negócios (BAUMAN, 1999). Este artigo pretende apresentar uma crítica ao modelo cosmopolita de *sociedade civil global*, situando esta categoria em relação a reprodução do capitalismo global para, a partir daí, pensar-se o papel do Estado e sua relação com a sociedade civil numa ordem globalizada.

## **Abstract**

The emergence of a global civil society discussed by Cohen (2003), MERLE (1981), Vieira (2005), Grugel (2002) among other authors from the fields of Social Sciences, Political Sciences and International Relations, highlight to the transformation of the category civil society, generally connected to relations within nation-states, transforming themselves into relationships within the international system in a globalized world.

Thinking how the phenomenon was constructed is the same as thinking what about the elements that made it possible to tell whether the social and material as well as the ideals that have contributed to the emergence of this category. The emergence of New Social Movements (TOURAINÉ, 1988; GOHN, 2007), coupled with processing materials from the 1970s (CASTELLS, 2002; MERLE, 1981) directly impacted on the ways in which civil society organizes itself and which the issues that shape their agendas for action. Therefore, there is a reformulation of how civil society perceives the state as it relates to this and other political institutions.

To think how these two analytical units are articulated by some authors give more importance to the role of states (GRUGEL, 2002; WENDT, 1999) while others estimate that the states have less strength in the joint and policy, thereby losing more of its capacity exercise sovereignty over their territories (COHEN, 2003) or only serving as police districts to ensure the average level of achievement in order to business (BAUMAN, 1999). This article presents a critique of the model cosmopolitan global civil society, standing in relation to this category for reproduction of global capitalism, from there, think about the role of State and its relationship with civil society in a globalized order.

## Introdução

Este artigo propõe abordar duas unidades analíticas importantes para se compreender o pensamento social e o pensamento político: a *sociedade civil* e o *Estado*. Alguns autores sugerem que ao se romper o caráter imanente entre estas duas unidades analíticas, transbordando suas relações para além das fronteiras territoriais dos Estados-nação, seria possível observar diferenças qualitativas na forma de atuação destas unidades anexando-se, assim, o caráter *global* a forma de atuar e se relacionar destas unidades, conforme descreveu COHEN (2003)<sup>1</sup>.

Contudo a forma, e o peso analítico, que se dá a cada uma das unidades é distinto. Jean Grugel, por exemplo, crítica o enfoque em que o avanço de uma *sociedade civil global* é um fato inevitável para “civilizar a globalização” frente a deterioração da capacidade de soberania do Estado-nação, substituindo sua soberania por “formas mais democráticas e participativas que as caracterizavam os movimentos anteriores [de protesto centrados em Estados]” (COHEN apud GRUGEL, 2002, p.76), visão também encontrada em VIEIRA (2005). Através de sua crítica, Grugel reforça que as “instituições nacionais são vigorosas (...) [e] controlam consideráveis recursos materiais e ideológicos apesar das tendências ascendentes de ativismo transnacional, a transformação dos poderes de Estado e o fortalecimento dos mecanismos de governança mundial” (GRUGEL, 2002, p.79).

Também dando importância ao papel do Estado para as análises acerca da política internacional, principalmente no que tange ao uso legítimo da violência, Alexander Wendt, discutindo com a teoria gramsciana, assume como premissa que “os Estados são a forma dominante da subjetividade na política internacional contemporânea, isso significa que ele deve ser nossa unidade fundamental de análise, refletindo sobre a regulação global da violência” (WENDT, 1999, p.9). Wendt foi criticado por outros construtivistas nas Relações Internacionais, principalmente por não ter abdicado da centralidade do Estado para explicar a política internacional. Ele, contudo, descreve que, “pode ser que atores não governamentais estejam se tornando ainda mais importantes que os Estados como precursores de mudanças, mas a mudança no sistema só acontece *através* dos Estados” (Ibidem).

A discussão neste artigo, no entanto, não se centralizará na defesa de uma ou outra forma, aqui apresentada, para se pensar as relações entre *sociedade civil* e *Estado* na sua

---

1 COHEN (2003), no entanto, não estabelece o surgimento de uma “Estado mundial”. Por outro lado, prevê que o fortalecimento de uma *sociedade civil global* contribuiria também para o fortalecimento de uma “democracia mundial”.

forma global, principalmente por esta discussão ser infrutífera ao passo que não existe uma disputa de prevalência de um pelo outro, mas sim, um existe em função do outro. A tentativa deste texto é interpretar as relações funcionais entre o fenômeno da globalização capitalista, e a reprodução da ordem material capitalista mundial, utilizando-me da crítica ao texto de BAUMAN (1999). Neste caso, a interpretação do fenômeno da emergência de uma *sociedade civil global*, estará condicionada a interpretação de que existe também uma *ordem jurídica e ideológica mundiais* funcionais à reprodução da dominação de classe, análogas ao Estado capitalista.

Este raciocínio, no entanto, não se pode fazer sem antes identificar aspectos concretos que permitiriam se pensar numa *ordem jurídica e ideológica mundiais*, bem como, comprovar o caráter de classe destas instituições. Por isso, este artigo apresentará na próxima seção, o problema de se pensar o Estado-nação como um Estado capitalista funcional para dominação política a partir da construção da ilusão da defesa do “interesse geral”, incluindo a este, o problema em se pensar uma *ordem jurídica e ideológica mundiais capitalistas*. Em seguida, será apresentado o problema em se pensar uma *sociedade civil global* como espaço para organização dos movimentos sociais para a resistência política a dominação de classe. Essa problematização será construída com base na crítica ao modelo proposto por ARATO *et al* (1994) para pensar o conceito. Por fim, através de uma crítica a globalização, buscar-se-á perceber a sua funcionalidade para construção de um capitalismo global, ou transnacional e suas formas de reprodução e dominação política. As considerações finais, procuraram refletir se o conceito lançado por diversos autores de uma *sociedade civil global* seria de fato possível numa ordem capitalista globalizada.

## **A problematização do Estado capitalista e a ilusão do “interesse geral” do Estado-nação**

Os autores neomarxistas se engajaram em complexificar a teoria marxista do Estado, pois perceberam a necessidade em compreender a função que o Estado capitalista na reprodução da ordem material capitalista e a dominação de classe. Nicos Poulantzas, trata as relações funcionais do Estado capitalista, partindo do pressuposto que o Estado capitalista é capitalista, porque é funcional para a reprodução do Modo de Produção Capitalista (M.P.C.). Neste caso, a dominação política do Estado capitalista tem um fim em si mesma, que é a extensão da dominação política para a dominação da classe dominante.

A evolução do Estado capitalista necessariamente compreende o entendimento de como o capitalismo se complexificou e como as formas sociais se complexificaram. Ao

mesmo tempo que é difícil a comprovação objetiva do uso do Estado para o exercício político da dominação de classe, presente na teoria marxista, também o é tão difícil quanto, assumir que a simples instauração do Estado racional formal aliado ao capitalismo racional, sob a perspectiva weberiana, seria o ponto de inflexão para o surgimento do capitalismo no mundo ocidental. É provável que encontremos algumas respostas justamente na complexificação da relação entre estas duas perspectivas.

A particular existência de uma instituição de coerção política exclusiva, o Estado, só se tornou possível a partir da “privatização da esfera de subsistência e de manutenção da vida, que as sociedades pré-capitalistas, a priori, tinham como indivisíveis” (MÜLLER *et al*, 1978, p.37). Karl Marx percebe em sua obra “A questão judaica”, que a revolução política que derrubou o feudalismo, “*aboluiu o carácter político da sociedade civil. Dissolveu a sociedade civil nos seus elementos simples, de um lado, os indivíduos, do outro, os elementos materiais e culturais que formam o conteúdo vital, a situação civil destes indivíduos*” (MARX, 1989, p. 28). Dessa forma, “esta revolução considera a sociedade civil, o mundo das necessidades, o trabalho, os interesses privados e a lei civil como a *base da sua própria existência*, como um pressuposto inteiramente subsistente, portanto, como a sua *base natural*.” (Ibid, p. 31) observa o jovem Marx. A revolução burguesa separou o elemento político do econômico das relações sociais.

Da mesma maneira, Max Weber perceberá o surgimento do Estado racional como

o desejo de o príncipe expropriar os poderes *privados* independentes que, a par do seu, detêm força administrativa, isto é, todos os proprietários de meios de gestão, de recursos financeiros, de instrumentos militares e de quaisquer espécies de bens suscetíveis de utilização para fins de carácter político (WEBER, s/d, p.61).

Neste momento anterior, os detentores dos feudos eram unidades políticas autônomas, devendo fidelidade ao suserano, mas tendo autonomia política frente seus meios de produção. Weber analisa que esse processo de expropriação dos poderes independentes “se desenvolve em paralelo perfeito com o desenvolvimento da empresa capitalista que domina, pouco a pouco, os produtores independentes” e conclui “enfim que, no Estado moderno, o poder dispõe da totalidade dos meios políticos de gestão tende a reunir-se sob mão única” (Ibidem).

O esclarecimento da passagem sobre o surgimento da Estado dentro do capitalismo é importante para sustentar o argumento de que a separação entre a esfera política e econômica nas relações sociais fortaleceu a probabilidade de se surgir o Estado capitalista, é dizer, um Estado com a função de reproduzir a ordem material capitalista. Só a partir da separação

destas duas esferas, é que o econômico pôde se tornar, além do fator determinante das estruturas sociais, também o dominante. Dessa forma, observa Poulantzas, “nos seus efeitos sobre o econômico, o processo de produção no M.P.C. funciona de forma relativamente autônoma, não havendo necessidade de intervenção, característica para os outros modos de produção, de 'razões extra-econômicas'” (POULANTZAS, 1986, p.32). O M.P.C. é o único capaz de se reproduzir por condições estritamente econômicas, ao contrário de outros modos de produção pré-capitalistas.

A diferença da percepção marxista para a weberiana nesta discussão é a de que Max Weber, através de seu método comparativo, irá delimitar quais foram as condições no ocidente que permitiram o surgimento do capitalismo, pensando de forma orientada aos sujeitos, quais foram as probabilidades destes encontrarem um ambiente favorável ao desenvolvimento do capitalismo a partir da *ação racional orientada a fins dos capitalistas*. A *dominação legal*, segundo Weber, foi uma importante variável que possibilitou o surgimento do capitalismo. Karl Marx (o Marx da maturidade), por outro lado, sustenta que o estudo de uma determinada sociedade não deve centrar-se só nos sujeitos, ou em sua estrutura, se não, ao mesmo tempo, pesquisar seus *processos de reprodução* (THERBORN, 1989, p.161). Preferir o entendimento de Marx nesta diferenciação não é, necessariamente, negar o conceito de *dominação legal*, formulado Weber. Pelo contrário, para que se possam conjugar estas duas importantes contribuições, é interessante entender como a *dominação legal* se relaciona com os *processos de reprodução* do M.P.C. A partir deste entendimento, assume-se o pressuposto neomarxista de que a política e o social só fazem sentido se estas forem entendidas como funções para reprodução da vida material capitalista.

O M.P.C. trás consigo uma situação social completamente nova, na qual indivíduos-sujeitos atuam com capacidades estruturais completamente desiguais, porém, todos são reconhecidos como iguais pelo princípio da igualdade formal, ou igualdade jurídica. Para Poulantzas:

a concentração do capital e a socialização do processo de trabalho, instaura, conjuntamente, ao nível jurídico-político, os agentes de produção na qualidade de 'indivíduos-sujeitos', políticos e jurídicos, *despojados da sua determinação econômica* e, por tanto, da sua *inserção em uma classe* (POULANTZAS, 1986, p.124, grifo meu).

Carnoy irá complementar que “é o Estado que isola trabalhadores e capitalistas em 'indivíduos', não a produção capitalista estruturada em classes (que inerentemente dirige tanto os capitalistas quanto os trabalhadores para a identificação de classe)” (CARNOY, 1984,

p.131). Para Poulantzas, isto não é uma coincidência, se não,

corresponde [a] uma *ideologia jurídica e política*, a qual decorre da instância ideológica. Essa ideologia jurídica-política detém um lugar dominante na ideologia dominante deste modo de produção, substituindo-se ao lugar análogo da ideologia religiosa na ideologia dominante do modo de produção feudal (POULANTZAS, 1986, p.124).

Ao mesmo tempo que o Estado inclui todos os sujeitos como iguais e, dessa forma, se coloca a serviço da consecução do “interesse geral”, estabelece também, dessa forma, a sua “autonomia relativa” face às classes ou frações dominantes (POULANTZAS, 1986, p.255). Poulantzas encontra no bonapartismo – a religião da burguesia –, descrito no 18 Brumário de Louis Bonaparte, de Marx, a indicação de que o Estado pode ser tão mais eficiente para a dominação de classe, quanto este se distancia da realização dos interesses mesquinhos da classe burguesa (Ibidem). Esta percepção complexifica o caráter instrumental do Estado no conceito de Marx – presente no manifesto comunista – como “uma comissão que administra os negócios comunitários de toda a classe burguesa” para um Estado capitalista autônomo que traduz os interesses das frações de classe dominante através do *bloco no poder*. Conforme enuncia Carnoy, a partir das reflexões em Poulantzas:

Dentro do contexto da ideologia dominante, o bloco no poder é a expressão política das diferentes frações da classe dominante. É através do bloco no poder que essas diferentes frações são unificadas para governar; na verdade, sua função é a de traduzir a ideologia dominante em ação concreta (CARNOY, 1984, p.135).

Carnoy ainda observa que:

A classe ou fração hegemônica polariza os interesses contraditórios específicos das várias classes ou frações dos blocos no poder, transformando seus próprios interesses econômicos em interesses políticos e *representando os interesses gerais* comuns as classes ou frações do bloco no poder. Esse interesse geral consiste da exploração econômica e da dominação política (Ibid, p.134, grifo meu).

“O Estado capitalista moderno apresenta-se, assim, como encarnando o interesse geral de toda a sociedade como substancializando a vontade desse 'corpo político' que seria a 'nação'” (POULANTZAS, 1986, p.119).

A dominação política construída com base neste modelo, só é funcional se consegue

maquiar a dominação de classe, ou seja, se a classe proletária é capaz de perceber a “acumulação geral” do capital, na sua forma individual, garantida pelo Estado na forma de “interesse geral” (MÜLLER *et al*, 1978, p.33). A transformação da identidade de classe para identidade da nação, fez com que os proletários não mais se reconhecessem enquanto membros de uma classe, mas sim, parte de uma nação. A busca pelo interesse geral da nação fez com que os proletários se imbuíssem na luta do acúmulo geral da nação, e esquecessem da luta de classes, reforçando, inclusive, a dominação de classe e seu papel na estrutura social enquanto dominados. Este ponto, especificamente, demonstra o quão funcional é o Estado capitalista (Estado-nação para usar outro termo recorrente da literatura das Relações Internacionais) moderno enquanto unidade política para a dominação de classe.

### **A inseparabilidade entre Estado e sociedade civil e a crítica a *sociedade civil global* de Arato & Cohen**

Discutir a prevalência da sociedade civil sobre o Estado é uma discussão infrutífera, mesmo estas não tendo uma separação orgânica, mas metodológica, uma vez que sociedade civil e Estado se confundem na realidade concreta. O Estado é, assim, internamente vinculado à relação classista da produção no âmbito da sociedade civil: são aspectos complementares da mesma realidade social histórica (MARX, 1996).

Contudo, justificar esse argumento não é tão simples quanto parece. Muitos criticam o tratamento monolítico dado a separação destas unidades, principalmente aqueles que não consideram o trabalho como elemento basilar para entender as relações sociais da sociedade civil. A teoria habermasiana, por exemplo, discutida por ARATO *et al* (1994), troca o elemento principal de reprodução social, o trabalho, pela comunicação, pois valorizar o tratamento puramente econômico da questão, deixaria de fora o que Habermas chamou de “mundo da vida” (PINHEIRO, p.88). Neste sentido, “Habermas não nos oferece uma teoria da sociedade civil [mas] (...) nos fornece os meios para defender a nossa teoria da sociedade civil” (ARATO *et al*, 1994, p.151)<sup>2</sup>.

Este argumento, permite que Cohen, por exemplo, defenda a possibilidade de suplantarem os Estados nacionais pela mobilização de uma *sociedade civil global*:

Alguns estudos combinam descrições empíricas de organização, movimentos e redes transnacionais com teorias normativas sobre uma

---

2 Pelo conceito estar muito vinculado ao significado que é atribuído a coisa concreta, a teoria da ação comunicativa permite, por exemplo, esta reificação da sociedade civil conforme sugerido por ARATO *et al* (1994). Para mais detalhes ver HABERMAS (1984).



sociedade civil global emergente, que seria o lócus potencial para a democracia mundial e um *equivalente funcional do Estado nacional* (HELD *et al apud* COHEN, 2003, p.421, grifo meu).

Cohen alerta que esta afirmação pode estar ideologicamente carregada ao passo que “a proposta de uma sociedade civil global talvez seja um ideal inatingível, enquanto modelo de produção de normas internacionais parece fraco e amorfo demais para impor sanções a atores poderosos” (Ibid, p.422). De fato, Cohen está certa, pois a imposição de sanções a atores poderosos, conforme referido em seu argumento, não poderia acontecer sem um ator nesta sociedade que detivesse o uso legítimo da violência, ou um ator que fosse legitimado a exercer coerções estruturais contra estes atores poderosos.

Conforme se demonstra nestes argumentos, Cohen “ênfatiza o movimento, separado de seu contexto estrutural, para quem os movimentos sociais de caráter transnacional são organizações que flutuam livremente” (GRUGEL, 2002, p.75). Grugel entende como uma visão romântica a de Cohen, ao interpretar que a disputa pelo Estado já não teria grande importância a estes movimentos e que a sociedade civil global, poderia substituir os aparatos atuais de poder por formas mais democráticas (Ibid, p.76).

A sugestão dada por Cohen, trás algumas dúvidas acerca das características estruturais que pudessem tornar essa “nova forma democrática” da *sociedade civil global* efetiva. Principalmente, quais seriam suas formas de reprodução, e garantias de consolidação, como uma estrutura realmente diferente do modelo vigente de *Estado nacional* (para usar o termo da autora). Ao não romper com as estruturas burguesas, as ações tomadas por esta *sociedade civil global* não poderiam deixar de ter outro caráter, se não, o caráter burguês. Mesmo que sua construção se realizasse com base em valores radicalmente antagônicos aos valores mesquinhos da classe burguesa, como a solidariedade, ou que sua estrutura não estivesse a serviço dos interesses imediatos da classe dominante, defendida por valores democráticos e de participação política, ainda sim, a *sociedade civil global*, idealizada por Cohen, só poderia existir em função da reprodução do modo de produção capitalista. Neste sentido, não se diferenciaria em nada do *Estado capitalista* problematizado na seção anterior, a não ser por seu *caráter global* de abrangência.

A discussão de Cohen com relação a *sociedade civil global*, é mais relacionada a forma que a autora descreve esta possibilidade política, do que sua função em si. Ao assumirmos para esta estrutura, segundo Habermas, a função de socialização do indivíduo e, ao mesmo tempo, um instrumento contra sua própria colonização pelo sistema (PINHEIRO,

p.89-90), esta contém em si o germe para descrever a autonomia relativa do Estado capitalista necessária a reprodução do próprio modo de produção capitalista. Ou seja, ao que Cohen chama de *sociedade civil global*, poderíamos atribuir o nome de *Estado capitalista global*, detentor da coisa pública de caráter mundial.

Por isso, a pergunta fundamental neste contexto não é se o Estado-nação será liquidado, ou enfraquecido, no contexto de globalização, mas sim, como a função do Estado-nação para reprodução da ordem material capitalista no contexto da globalização está se transformando. Quando Cohen afirma que:

Prefiro um entendimento “fraco” do conceito, que ainda atribui ao Estado importantes aspectos de soberania e continua a ver a sociedade política nacional como referente decisivo para os atores civis. Contudo, é fato que a soberania do Estado está parcialmente desagregada; alguns de seus elementos foram deslocados “para cima”, para o âmbito de organismos regionais, internacionais ou globais, e “para baixo”, ao nível de atores privados e locais (COHEN, 2003, p.423).

A autora percebe uma mudança na forma do Estado e no seu papel com relação as sociedades nacionais, contudo, essa mudança está relacionada a uma transformação da função desta unidade para reprodução do M.P.C. Ao perceber que parte da soberania dos Estados está sendo deslocado “para cima”, ou seja, para âmbitos de organismos regionais, internacionais ou globais, é dizer que, parte da função que Estado executava “para dentro” do seu território, agora passa a ser executada de forma articulada internacionalmente. A mudança da função do Estado-nação, abdicando parte da sua função para organismos internacionais, é parte da transformação da função do Estado-nação num cenário também transformado pelas novas formas de reprodução do Modo de Produção Capitalista.

Se isto é verdade, o trabalho passa a ser então o de entender as novas funções assumidas por este Estado-nação no contexto de globalização. Mas talvez, o problema principal seja pensar como seria possível existir um *Estado capitalista global*, ou um “capitalista global ideal”. Este exercício é muito mais difícil de realizar, porque a globalização não gerou nenhuma instituição análoga a este papel, a não ser pela ampliação no número de Organizações Internacionais e Organizações Intergovernamentais, conforme observado por MERLE (1981). O crescimento das instituições internacionais, com o fortalecimento das teorias neoliberais após a década de 1970, não podem ser concebidas como a representação de um “Estado global”. Neste caso, a luta destas instituições e regimes internacionais por

*legitimidade* no plano internacional, ao mesmo tempo que maquiam o seu caráter de reprodução da dominação de classe, é que as sustentam as estruturas analogadas ao *Estado capitalista*<sup>3</sup>.

Através da crítica ao livro “Globalização: as consequências humanas”, de Zigmunt Bauman, a próxima seção pretende discutir a relação funcional presente na globalização capitalista, ao mesmo tempo que discute o papel dos Novos Movimentos Sociais como movimentos de “contra-dominação” capitalista<sup>4</sup>.

### **A crítica a globalização capitalista**

A década de 1970 foi marcada por uma série de transformações no mundo. A revolução tecnológica “concentrada nas tecnologias da informação começou a remodelar a base material da sociedade em ritmo acelerado” (CASTELLS, 2002, p.39). A transformação das relações materiais, ao mesmo tempo que acelerou as interações sociais, contribuiu para a atomização nas formas de organização da sociedade civil, tornando-as efêmeras e confusas, forçando uma plena reificação da vida social. A identidade passou a ser a “principal fonte de significados da vida social, em um período histórico caracterizado pela ampla desestruturação das organizações. (. . .) Cada vez mais as pessoas organizam seu significado não em torno do que fazem, mas com base no que elas são ou acreditam que são” (Ibid, p.41).

Esta nova fase da sociedade civil foi caracterizada, por Alain Touraine, pela “crise dos valores industriais” (TOURAINÉ, 1988, p.19-20, grifo meu). O conhecimento como elemento de acumulação, fez com que os serviços culturais substituíssem os bens materiais no cerne da produção. É a defesa da personalidade e cultura do sujeito contra a lógica dos aparatos e mercados que substituí a ideia de luta de classes” (TOURAINÉ *apud* CASTELLS, 2002, p.58).

Ao mesmo tempo que “a revolução da tecnologia da informação foi essencial para a implementação de um importante processo de reestruturação do sistema capitalista a partir da década de 1980” (CASTELLS, 2002, p.50), neste mesmo período histórico, o mundo vivia uma transformação político-ideológica, decorrente das consequências da crise de governabilidade.

As democracias estavam em crise porque se encontravam sobrecarregadas com direitos e reivindicações e porque o contrato

---

3 A busca por legitimidade destas organizações, não se dá pelo exercício direto da força, mas sim, através de mecanismos de influência através do prestígio e/ou pressão econômica e política, o que o KEOHANE *et al* (1977) chamariam de *soft power*.

4 Estes conceitos lançados nessa frase serão desenvolvidos na próxima seção. Peço ao leitor que os assumam temporariamente.

social, em vez de excluir, era demasiado inclusivo, devido precisamente às pressões sobre ele exercidas pelos actores sociais históricos atacados pelos estudantes (os partidos operários e os sindicatos). Com esta análise e o poder social por detrás dela, a crise do governo baseado no consenso (crise de legitimidade) transformou-se numa crise do governo *tout court*, e, com isto, a crise de legitimidade transformou-se em crise de governabilidade (SANTOS, 2005, p.12).

A crise de governabilidade foi gerada principalmente pela ampla difusão de políticas que fortaleceram o “Estado de bem-estar social” até a década de 1970, e que foram funcionais para o fortalecimento do capitalismo europeu até este momento, mas que se tornaram disfuncionais a partir da crise energética do petróleo de 1973. A vinculação política com o econômico, caracterizada pela ampliação de direitos que o Estado de bem-estar social trazia aos indivíduos, alavancou uma crise política atrelada a crise econômica que assolou a Europa<sup>5</sup>. O resultado foi o acirramento dos conflitos sociais e a eclosão de Novos Movimentos Sociais, que tinham na sua agenda política “bandeiras também novas: não mais voltadas para as *condições* de vida, ou para a redistribuição de recursos, mas para a *qualidade* de vida, e para afirmação da diversidade de estilos de vivê-la” (ALONSO, 2009, p.51, grifo da autora).

A solução para a crise de governabilidade estava na retracção do Estado (arredado da esfera económica e da prestação de serviços sociais) e na domesticação da participação popular (através de políticas restritivas de tal participação, por sua vez baseadas numa concepção individualista da sociedade civil dominada pelas organizações empresariais) [os valores dominantes neste processo eram] privatização, a “mercantilização” e a liberalização (SANTOS, 2005, p.12-13).

A homogenização e racionalização extrema levada a cabo pela privatização ampla e irrestrita, estendendo a dominância econômica a todas as esferas da vida, levou a eclosão de uma contradição fundamental, questionando o econômico do elemento estrutural dominante, reafirmando o elemento socio-cultural na formação de comunidades que questionam o instrumento de reprodução da ordem material capitalista. Ao mesmo tempo que se levanta uma forte estrutura política para dominação ideológica da globalização neoliberal, contra

---

5 Para mais detalhes sobre essa discussão, consultar OFFE (1984).

movimentos reivindicam a simples não-dominação por parte destas estruturas.

A cartilha política aplicada a Europa, serviu como base para construção político-ideológica do neoliberalismo, exportado para o mundo na forma de “globalização”. Estas seriam medidas que modernizariam as economias no mundo e que ampliaram a dominância econômica, expandido as fronteiras capitalistas de forma acelerada e “fluída” ao mesmo tempo que buscava desarticular qualquer tentativa de resistência da sociedade civil por parte dos movimentos sociais.

Tão importante quanto compreender o valor histórico deste fenômeno, é tentar perceber a sua função para consolidação do novo sistema através de mecanismos de produção do M.P.C. sob base informacional. Ao mesmo tempo, a dispersão da vida social é extramente funcional para impor uma nova ordem capitalista, que tem como base não mais a economia industrial, mas a informacional. O conhecimento passa a ser um importante instrumento de dominação de classe e uso dos meios informacionais, para transmitir o este conhecimento de forma seletiva, são as principais ferramentas para reprodução do modo de produção.

No novo modo informacional de desenvolvimento, a fonte de produtividade acha-se na tecnologia de geração de conhecimentos, de processamento da informação e de comunicação de símbolos. (...) Contudo, o que é específico ao modo informacional de desenvolvimento é a ação de conhecimento sobre os próprios conhecimentos como principal fonte de produtividade (CASTELLS, 2002, p.39).

Por outro lado, se o capitalismo de base informacional mune-se de novas ferramentas materiais (neste caso, também informacionais) para dominação de classe, quais são os mecanismos que permitem também a dominação política das classes dominantes neste novo momento histórico do capitalismo?

O neoliberalismo foi a base política para difundir mundialmente a política de desregulamentação de mercados e a privatização da esfera pública, com a diminuição do papel dos Estados nacionais. Neste cenário, “a nação-estado parece que se está desgastando ou talvez 'definindo'. As forças erosivas são *transnacionais*” (WRIGHT apud BAUMAN, 1999, p.64). Isto justifica a busca de alguns pesquisadores em entender a diminuição da soberania dos Estados frente aos processos de globalização. Contudo, acreditar que o surgimento de uma governança mundial, ou um Estado mundial, seria algo natural na evolução das formas políticas mundiais, seria uma inocente conclusão. Se houve uma erosão

de soberania dos Estados-nação, foi porque dada erosão é funcional às adaptações necessárias que o Estado necessita realizar frente ao novo momento histórico do capitalismo. A globalização econômica (e financeira), que torna o fluxo de capitais mais fluído, só é operacionalizável, se puder transitar livremente pelas economias que visita, sem prestar contas e podendo sair livremente quando não lhe for mais interessante.

O desenvolvimento do capitalismo e, especialmente, do Estado capitalista, deu-se apoiado na autonomia relativa do Estado capitalista que “precisa *simultaneamente praticar e tornar invisível o seu caráter de classe*” (OFFE, 1984, p.163). Este ilusionismo criado pelo Estado capitalista, garante seus mecanismos de *legitimidade* para o exercício da coerção política, mesmo que, para isso, precise utilizar-se do uso legítimo da violência, a que lhe é outorgado<sup>6</sup>. Não obstante, como é possível pensar esta mesma estrutura de legitimidade, sem o componente do uso legítimo da violência, por não se possuir uma estrutura hierárquica de poder no nível internacional? Parte da resposta pode estar nos próprios autores neo institucionalistas como KEOHANE *et al* (1977) e seu modelo de *hard power* e *soft power*. Os Estados fortes, na impossibilidade de utilizarem formas de violência física para imporem suas políticas aos demais Estados, utilizam-se das instituições internacionais para *influenciar* outros atores do sistema internacional (*soft power*). Seu convencimento se dá através da difusão político-ideológica de ideais, e de pressões econômicas que levam os *Estados nacionais* a implementarem estas políticas. Contudo, a relação para aceitação destas políticas, é mais complexa do que previu KEOHANE *et al* (1977). Para que as políticas neoliberais, por exemplo, fossem aceitas pelos Estados periféricos do capitalismo, precisou-se maquiar o caráter de classe das políticas sugeridas. Não é atoa que o convencimento dos governos na década de 1980 e 1990, era feita com a ideologia que a globalização seria benéfica para toda humanidade, pois iria diminuir distâncias e distribuir os ganhos mundiais, ou, na argumentação levada ao extremo, argumentava-se que ela era “inevitável”, conforme afirmou a primeira ministra inglesa, Margaret Thatcher<sup>7</sup>.

Zigmunt Bauman, ao discutir os aspectos humanos da globalização, percebe efetividade na construção de uma “ilusão real” das benesses deste processo. As tecnologias de comunicação e o avanço dos mecanismos de transporte encurtaram as distâncias e transformaram as relações espaço/tempo. Contudo, esta transformação gerou ganhos seletivos e não universais.

Também a rede global de comunicação, aclamada como porta de uma

---

6 Ver Weber(1999); Poulantzas(1982); Wendt (1999) e tantos outros.

7 TINA – *There is no alternative*, Margaret Thatcher referindo-se a globalização.

nova e inaudita liberdade e, sobretudo, como o fundamento tecnológico da iminente *igualdade*, é claramente usada com muita *seletividade* (BAUMAN, 1999, p.79, grifo meu).

Ou seja, a globalização neoliberal, ao mesmo tempo que reforça seu caráter de classe, maquia a suas “seletividades estruturais”, conforme definiu Offe (1984, p.147) acerca do Estado capitalista. Somente a partir desta ilusão criada por este processo político é que os processos de retirada de direitos, privatizações e desregulamentações econômicas puderam ser legitimados.

Segundo essas crenças folclóricas, a liberdade (de comércio e a mobilidade de capital, antes e acima de tudo) é a estufa na qual a riqueza cresceria mais rápido do que nunca; e uma vez multiplicada a riqueza, haverá mais para todos (BAUMAN, 1999, p.79).

O acobertamento da mentira da globalização é obtido por meio de três expedientes inter-relacionados que os meios de comunicação utilizam de modo consciente, segundo Bauman. A primeira, é criar a ilusão de que os “os pobres são responsáveis por seu destino”, e que bastaria abrir as portas para o capital internacional e seguir as “instruções” para encontrarem o caminho da prosperidade. Se não o fazem, é por *falta de diligência ou determinação* (BAUMAN, 1999, p.81).

A segunda, tenta incutir a ilusão de que a redução da pobreza e privação é apenas com relação às “questões ligadas a fome”. Segundo Bauman,

Esse estratagema mata dois coelhos com uma cajadada: a verdadeira escala da pobreza é omitida (800 milhões de pessoas são permanente subnutridas, mas cerca de 4 bilhões – dois terços da população mundial – vivem na pobreza) e a tarefa a enfrentar é limitada a arranjar comida para os famintos. (. . .) As riquezas são globais, a miséria é local – mas não há ligação causal entre elas, pelo menos não no espetáculo dos alimentados e dos que alimentam. (Ibid, p.81-82).

A terceira ilusão é a de se criar um cinturão em torno dos locais de vida dos dominados pelo modelo globalizante. Os espetáculos midiáticos incutem na cabeça da parte desenvolvida do mundo que tudo que não faz parte desse mundo é ameaçador, com a imagem de guerras, assassinatos, drogas, pilhagem, doenças contagiosas, etc.

Uma imagem sintética da brutalidade *auto-infligida* vai se sedimentando na consciência pública – uma imagem de 'ruas sórdidas', 'zonas proibidas' ampliadas, versão aumentada de uma terra de

bandidos (. . .) Dada sua monstruosidade, só se pode agradecer a Deus por fazer deles o que são – habitantes locais *distantes* – e rezar para que continuem assim” (Ibid, p.83-84).

A ilusão de se estar protegido pelas fronteiras do Estado-nação ainda existem, mas agora, com uma força ainda maior. Este deve se proteger não de outros Estados-nação, mas da invasão dos bandidos famintos<sup>8</sup>. Bauman constata que “o desejo dos famintos de ir para onde a comida é abundante é o que naturalmente se esperaria de seres humanos racionais” (Ibid, p.84). Mas como isso ameaçaria as taxas crescentes de lucro “O desafio é negar aos outros o mesmíssimo direito à liberdade de movimento que se elogia como a máxima realização do mundo globalizante e a garantia de sua crescente prosperidade” (Ibidem).

A relação entre globalização e capitalismo é funcional, pois não é parte de um plano central de um “ator ou atores globais”, mas sim, é parte de uma ideologia dominante constituída no seio da “crise de governabilidade”. A globalização neoliberal é o equivalente funcional, de cunho político, para as tecnologias de informação e transporte, de cunho econômico. O complexo padrão interativo formado por estas duas dimensões, determina o Modo de Produção Capitalista de base informacional experimentado, pelos Estados capitalistas modernos, cria estruturas análogas ao *Estado capitalista* para legitimar sua atuação e seu caráter de classe.

## Considerações finais

A complexificação do entendimento acerca da globalização, buscando demonstrar seu caráter de classe e sua função para a reprodução do capitalismo em escala global, permite, ao mesmo tempo, complexificar o entendimento de uma *sociedade civil em escala global*<sup>9</sup>. Contudo, o campo da sociedade civil não pode ser entendido de forma dicotomizada na luta entre burguesia e proletariado, justamente pelo cenário atomizado e dissonante que o capitalismo global gerou com a crise dos valores industriais, conforme demonstrou Touraine (1988). Buscar a posição de classe dos membros dessa sociedade civil global, pode se tornar um dificultoso exercício de categorização, com pouca validade empírica, para entender os conflitos internacionais.

O exercício para caracterizar a ala da *sociedade civil em escala global* de luta contra a

---

8 Não se precisa ir muito longe para comprovar a funcionalidade desta ilusão, basta acompanhar as discussões recentes sobre aos imigrantes clandestinos nos Estados Unidos e na Europa.

9 Não podemos atribuir o conceito de *sociedade civil global* (usado por COHEN) por este dar o entendimento de uma estrutura autônoma desvinculada do nacional. Conforme concluiu Grugel (2002), o “transnacional” não é um espaço totalmente separado do “nacional”, assim, como demonstrado neste artigo, o Estado é inseparável da sociedade civil.



reprodução do modelo de dominação de classe, ou de contra dominação, só poderia ser delimitado através daquelas organizações que buscam produzir elementos de enfrentamento e resistência a esta dominação. Em outras palavras, aquelas que produzem elementos que enfrentam a hegemonização da dominância do econômico sobre suas vidas. Os estudos sobre as hegemonias e contra hegemonias, de Antonio Gramsci e os teóricos críticos das Relações Internacionais, podem apontar um caminho para delimitar com mais clareza como se organiza esta *sociedade civil em escala global*.

Ao passo que o capitalismo alcançou mecanismos globais para se reproduzir, sim, podemos pensar uma *sociedade civil em escala global*. Mas a disputa interna desta, não está ligada diretamente a redistribuição de recursos gerados pelo resultado do trabalho e das transformações materiais. A luta passou a ser uma reação a dominação inerente ao processo de expansão do capitalismo, que ao levar ao extremo a dominância do econômico sobre as demais dimensões, procura racionalizar e, conseqüentemente, homogenizar as forças produtivas e as relações sociais, como forma de ampliar as taxas de lucro em constante queda.

Grugel, alerta que muitos estudos acerca dos movimentos sociais transnacionais enfatizam aspectos culturais e sociais, em detrimento a análise do seu entorno político, principalmente pelo deslocamento do foco de combate destes movimentos com relação ao Estado nacional. Grugel, no entanto, percebe que “as forças dominantes do sistema mundial são, por um lado, o capitalismo transnacional e seu corolário, uma classe política ainda em evolução, e por outro, a sociedade civil transnacional”. Ao retirar o foco diretamente com relação aos Estados nacionais, na verdade estes movimentos estão focando na transformação das forças do capitalismo transnacional num mundo de anarquia (GRUGEL, 2002, p.75).

A sobrevalorização dos aspectos identitários dos Novos Movimentos Sociais atrelados as mobilizações sociais que buscam formas alternativas de globalização, buscam recolocar o ser humano no centro das atenções, recobrando a necessidade de se pensar formas de emancipação a exploração do proletariado. A não centralidade com relação ao trabalho, não significa que as massas excluídas não façam parte das massas dominadas pelo capitalismo global. Estes excluídos, não estão “fora” do capitalismo pela emancipação, mas sim, pela dominação que o capitalismo lhes impôs retirando seu próprio direito de ser. Esta é mais que uma questão social, é política.

O direito de reivindicar ser alguma coisa, a partir da afirmação de sua própria identidade, mesmo que esta seja uma “anti-identidade”, também é querer tomar parte dos recursos gerados pelo trabalho e transformação do ser humano. Não questionar as estruturas

sociais que mantêm privilégios seletivos e excluí bilhões, relegando-os a fome e a morte é contribuir com a reprodução de um sistema que prefere a morte a vida. Por isso, uma outra globalização não é só necessária, mas urgente.

## Referências

- ALONSO, Angela. 2009. As teorias dos movimentos sociais: Um balanço do debate. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo: Lua Nova, pp.49-86.
- ARATO, Andrew; COHEN, Jean. 1994. Sociedade civil e teoria social. In: AVRITZER, Leonardo (Org.). *Sociedade civil e democratização*. Belo Horizonte: Del Rey.
- BAUMAN, Zigmunt. 1999. *Globalização: as conseqüências humanas*. Rio de Janeiro: Zahar.
- CASTELLS, Manuel. 2002. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra.
- CARNOY, Martin. 1984. *Estado e teoria política*. 2a ed. Campinas: Papirus.
- COHEN, Jean. 2003. Sociedade civil e globalização: repensando categorias. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Vol. 46, n. 3, pp.419-459.
- GRUGEL, Jean. 2002. El retorno del Estado al activismo transnacional. *Pensamiento Proprio*. Buenos Aires: no 16. pp.61-85, Julho/Dezembro.
- HABERMAS, Jürgen. 1984. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- KEOHANE, Robert; NEY, Joseph. 1977. *Power and Interdependence: World Politics in Transition*. Boston: Little Brown and Company.
- MARX, Karl. 1989. *A Questão Judaica* [Online]. Lusosofia. Disponibilidade: [www.lusosofia.net/textos/marx\\_questao\\_judaica.pdf](http://www.lusosofia.net/textos/marx_questao_judaica.pdf) [31/10/2010].
- \_\_\_\_\_. 1996. “Para a Crítica da Economia Política”. In: *Karl Marx, Os Pensadores*. São Paulo: Nova Cultural.
- \_\_\_\_\_. 1997. *O Manifesto do Partido Comunista*. Lisboa : Avante!
- \_\_\_\_\_. 2007. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Martin Claret.
- MERLE, Macel. 1981. *Sociologia das relações internacionais*. Brasília: Editora UNB.
- MÜLLER, Wolfgang & NEÜSSUS, Christel. 1978. The “Welfare State Illusion” and the Contradiction Between Wage Labour and Capital. In: HOLLOWAY, John & PICCIOTTO, Sol. *State and Capital: A Marxist Debate*. Texas: Austin University of Texas Press.
- PINHEIRO, Paulo César. *O conceito de sociedade civil*. Disponível em: [http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0310315\\_05\\_cap\\_04.pdf](http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0310315_05_cap_04.pdf) [30/10/2010].
- OFFE, Claus. 1984. *Problemas estruturais do Estado capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

- PERISSINOTTO, Renato M. 2007. *O 18 Brumário e a análise de classe contemporânea*. São Paulo: Lua Nova, n. 71. Disponível: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-64452007000200004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452007000200004&lng=en&nrm=iso) [31/10/2010].
- POULANTZAS, Nicos. 1986. *Poder político e classes sociais*. São Paulo: Martin Fontes.
- SANTOS, Boaventura de Souza. 2005. A crítica da governação neoliberal: O Fórum Social Mundial como política e legalidade cosmopolita subalterna. In: *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 72. Disponível: [http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/pdfs/governacao\\_neoliberal\\_RCCS72.PDF](http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/pdfs/governacao_neoliberal_RCCS72.PDF) [31/10/2010].
- THERBORN, Göran. 1989. *Como domina la clase dominante?* México: Siglo XXI.
- TOURAINE, Alain. 1988. *O Pós-Socialismo*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- VIEIRA, Liszt. 2001. *Os argonautas da cidadania: a sociedade civil na globalização*. Rio de Janeiro: Record.
- WEBER, Max. 1987. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Pioneira.
- \_\_\_\_\_. 1999. *Economia e Sociedade*. Brasília: Editora UNB.
- \_\_\_\_\_. s/d. A política como vocação. In: *Ciência e Política – duas vocações*. São Paulo: Cultrix.
- WENDT, Alexander. 1999. *Social Theory of International Politics*. Cambridge: Cambridge University Press.